HABITAÇÃO E RENDA NUM MUNÍCIPIO DE PEQUENO PORTE I – SENGÉS – PR

HOUSING AND INCOME IN A SMALL MUNICIPALITY I - SENGÉS – PR

JULIANA THAISA RODRIGUES PACHECO[1]
DANUTA ESTRUFIKA CANTÓIA LUIZ[2]
JUSSARA AYRES BOURGUIGNON[3]

RESUMO: O presente trabalho sistematiza dados sobre economia, renda e habitação no município de Sengés/PR, com recorte na realidade das famílias usuárias da Secretaria Municipal de Assistência Social. Os dados aqui apresentados foram extraídos do "Diagnóstico sócio econômico das famílias usuárias da Assistência Social – município de Sengés/PR" realizado pelo NEPEPPS/UEPG. Os dados analisados nas três áreas trazem indicações de prioridades a serem trabalhadas por políticas públicas locais.

Palavras-chave: Família, Renda, Habitação.

ABSTRACT: This paper systematizes data on economy, income and habitation in the municipality of Sengés / PR, with clipping actually household users of the Municipal Social Welfare. The data presented here were taken from the " Diagnosis of socioeconomic families users of Social Services - City of Sengés / PR" performed by NEPEPPS / UEPG. The data analyzed in the three areas bring indications of priorities to be worked by local public policies.

Key words: Family, Habitation, Income.

Sumário: 1 Introdução – 2 Economia – 3 Habitação - 4 Acesso a bens de consumo duráveis – Considerações finais – Referências.

[1]Possui graduação em Bacharelado em Geografia pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (2008). Mestranda no Programa de Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas-UEPG, na área de concentração Cidadania e Políticas Públicas, Linha de Pesquisa: Estado, Direitos e Políticas Públicas.
[2]Professora doutora, docente do Programa de Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas e pesquisadora no Núcleo de Estudos e Pesquisas: Estado, Políticas Públicas e Práticas Sociais na Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG.
[3] Professora doutora, docente e coordenadora do Programa de Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas e pesquisadora no Núcleo de Estudos e Pesquisas: Estado, Políticas Públicas e Práticas Sociais na Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como objetivo apresentar alguns dos resultados do Diagnóstico socioeconômico das famílias usuárias da Secretaria Municipal de Sengés-PR. O recorte dado no diagnóstico refere-se a discussão sobre a economia local, renda e a habitação no contexto dessas famílias. Partimos do pressuposto que estes três elementos determinam a qualidade de vida das famílias. Ressaltando que são famílias usuárias da Assistência Social no município, e portanto, possuem um perfil permeado por vulnerabilidades que repercutem no acesso à renda e a habitação de qualidade. E, também que, existem outros dados que caracterizam as famílias pesquisadas, mas que por razão do recorte dado a este artigo, não serão discutidas no mesmo.

Cabe esclarecer inicialmente que o diagnóstico realizado no município de Sengés foi uma pesquisa desenvolvida pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas: Estado, Políticas Públicas e Práticas Sociais da Universidade Estadual de Ponta Grossa (NEPEPPS). Este núcleo, vinculado ao Programa de Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas, promove e articula pesquisas de caráter interdisciplinar das áreas de Direito, Geografia e Serviço Social, Nutrição, Farmácia, entre outros.

Por solicitação da Secretaria Municipal de Assistência Social (SMAS) do município de Sengés, realizou uma pesquisa de sistematização do perfil das famílias usuárias desta secretaria, a partir de diagnóstico socioeconômico. O relatório de pesquisa forneceu indicativos de vulnerabilidade familiar que auxiliem a equipe gestora da SMAS/ Sengés na avaliação e planejamento de políticas públicas locais que atendam a referida demanda.

Para esse trabalho, o NEPEPPS utilizou como procedimentos a pesquisa documental, a bibliográfica, além do emprego de instrumentos de coleta de dados junto às famílias, com a realização de um diagnóstico socioeconômico das famílias atendidas pela Secretaria Municipal de Assistência Social – Sengés/Pr. O projeto de pesquisa intitula-se “Estudo das condições sócio-econômicas das famílias usuárias da Secretaria Municipal de Assistência Social de Sengés – Paraná”, com início no primeiro semestre de 2011 e termino no segundo semestre de 2012.

A base para o desenvolvimento da pesquisa foi o estudo já desenvolvido pelo Centro de Estudos e Pesquisas de Administração Municipal (CEPAM) - Diagnóstico Municipal uma metodologia. Ressaltando que o foco da pesquisa em questão foi o perfil das famílias usuárias da Secretaria Municipal de Assistência Social e não dá população do município como um todo.

O universo de pesquisa foi delimitado pelas famílias usuárias dos programas sociais desenvolvidos pelo Município de Sengés – Pr. Os dados foram obtidos através de instituições oficias e de entrevistas com preenchimento de um formulário de pesquisa com roteiro semiestruturado. Foram entrevistadas 888 famílias com participação voluntária, em suas residências, por pesquisadores (universitários) do município de Sengés capacitados pela equipe do NEPEPPS. Os dados foram

sistematizados e analisados pelo núcleo.

Foram contempladas as seguintes áreas nos formulários: economia, trabalho, assistência social, educação, saúde, habitação, infraestrutura, esporte e lazer; que foram consolidadas através da análise quanti-qualitativa e apresentadas em relatório final.

Os resultados obtidos foram divulgados (NOVEMBRO/2012) junto ao município de Sengés para subsidiarem avaliação e planejamento dos programas sociais da Secretaria Municipal de Assistência Social.

O município de Sengés se classifica como de pequeno porte (até 20 mil habitantes, IBGE, 2012), possui 18.414 habitantes, de acordo com o Censo 2010 apresentado pelo IPARDES (2011b). Dessa população, mais de 82% encontra-se na área urbana. Está localizado geograficamente no estado do Paraná no Segundo Planalto Paranaense, pertence à Mesorregião Centro Oriental Paranaense (composta por 14 municípios), cuja cidade de Ponta Grossa é sua sede de referência e à Microrregião de Jaguariaíva. Faz divisa com os municípios de São José da Boa Vista, Jaguariaíva, Doutor Ulysses, e ainda com o Estado de São Paulo, pelos municípios de Itararé e Bom Sucesso do Itararé. As rodovias estaduais de acesso que cortam o município são a PR-151 e a PR-239, pelas quais é possível acessar as rodovias federais tanto em direção às principais cidades do Paraná, como Ponta Grossa e Curitiba, ao porto de Paranaguá, quanto à capital do Estado de São Paulo e inclusive aos outros países do MERCOSUL.

Segundo o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (IPEA, 2003) Sengés, apresentava em 2000 um nível de desigualdade em 75.11% de apropriação da renda por 20% dos mais ricos da população. Ou seja, o restante de aproximadamente 25% da renda fica para 80% da população local.

2 ECONOMIA

A economia é a área de estudos que diz respeito à produção, distribuição e consumo de bens e serviços, a necessidade de se conhecer os aspectos econômicos local, regional, nacional e, até mesmo, internacional, se faz presente na proposição de políticas públicas que propiciem não apenas crescimento econômico ao município, mas, sobretudo, desenvolvimento social. De acordo com Singer (2001)

> A economia é praticada mediante uma divisão social do trabalho, na qual os diversos grupos se especializam na execução de tarefas distintas, todas contribuindo para a produção e circulação de determinada quantidade de produtos, que podem ser bens (materiais) ou serviços (imateriais). A atividade econômica é aquela que se realiza no quadro da divisão social do trabalho. Faz parte dela o trabalho do operário na fábrica, do agricultor no campo, da comerciária na loja, do bancário atrás do guichê. (SINGER, 2001, p. 09)

Apesar do aspecto macroeconômico da economia brasileira em que as grandes políticas econômicas são de origem federal ou estadual, também o poder

municipal pode e deve atuar na área de seu município propondo políticas econômicas que visem incentivar o aspecto vocacional do município. Para que tais políticas possam ser implementadas é necessário que o governo municipal conheça claramente o perfil e necessidades de sua população em seu aspecto econômico, bem como, abrangendo neste contexto, tanto a mão de obra disponível, como quais os setores essa população, economicamente ativa, está vocacionado.

Essa prática além de possibilitar implantação imediata de incentivos para criação de novas frentes de trabalho também possibilita um planejamento a longo prazo, por meio de definições das diretrizes a serem seguidas na elaboração dos projetos de programas municipais, vislumbrando especialmente o crescimento tanto das ofertas de emprego, como condições de melhoria significativa do padrão de vida dos seus munícipes.

Nesse sentido, CEPAM e UNICAMP (2008) em sua proposta de metodologia para realização de diagnósticos municipais, argumentam que, embora as grandes políticas de desenvolvimento econômico sejam de âmbito federal e, às vezes, estadual há também um espaço para que o governo municipal desenvolva ações relevantes nesta área. Por isso, o prefeito e as políticas públicas municipais têm um papel importante de indutores da economia local.

Existem então algumas situações em que a administração local, não somente através de estudos, mas pela proximidade com a realidade pode observar:

- Municípios que se despontam como importantes polos regionais de desenvolvimento tecnológico e necessitam de investimentos para isso;
- Municípios inseridos em uma região onde os diversos empreendimentos estão voltados à produção de determinado produto de grande demanda existente fora da região;
- Municípios que detêm vantagens produtivas para o desenvolvimento de determinadas atividades econômicas.

Baseado neste conhecimento, a administração local pode estimular o desenvolvimento de determinadas atividades ou setores em seu município, tanto diretamente com as políticas públicas quanto com parcerias com os poderes estadual e federal.

Segundo Teixeira (2002, p.2), Políticas Públicas são "[...] diretrizes, princípios norteadores de ação do poder público; regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade, mediações entre atores da sociedade e do Estado." Se constituem em leis, programas, linhas de financiamentos, "[...] que orientam ações que normalmente envolvem aplicações de recursos públicos."

As políticas públicas municipais devem considerar as demandas sociais resultantes das previsões de desenvolvimento econômico local, por isso a importância de se realizar um diagnóstico econômico acerca das atividades do município. Portanto, seguem abaixo alguns dados econômicos do município de Sengés – PR.

O município de Sengés localiza-se na divisa com São Paulo, na região dos Campos Gerais e está a 269 km de Curitiba, capital do Estado do Paraná. Segundo IPARDES[4] possui população estimada de 18.463 habitantes, dos quais, 1.620 famílias encontram-se em situação de pobreza, totalizando 7.006 pessoas nesta situação, com taxa de pobreza em 32, 72%.

2.1 POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA (PEA)

Para o IBGE, população economicamente ativa compreende o potencial de mão-de-obra com que pode contar o setor produtivo. São divididos em população ocupada e população desocupada, população ocupada - aquelas pessoas que, num determinado período de referência, trabalharam ou tinham trabalho, mas não trabalharam. As pessoas ocupadas são classificadas em: empregadas, conta própria, empregadores e não remunerados. E a população desocupada seria aquelas pessoas que não tinham trabalho, num determinado período de referência, mas que estavam dispostas a trabalhar.

Segundo IPARDES (2012) o estado do Paraná possui a população economicamente ativa de 5.587.968 pessoas. Em relação à população economicamente ativa de Sengés, com dados coletados no PEA (2000), através de diagnóstico do IPARDES, na zona rural, concentra 1.930 trabalhadores, e na zona urbana esse número chega a 5.199 trabalhadores. Em questão de gênero, os dados ainda ressaltam que 5.161 são trabalhadores do sexo masculino, e que 1.968 são do sexo feminino.

Tabela 1 – População Economicamente Ativa (PEA), segundo zona (rural ou urbana), e gênero (masculino ou feminino), no ano de 2000.

URBANA	RURAL	HOMENS	MULHERES	PEA TOTAL
5.199	1.930	5.161	1.968	7.129

Fonte: IBGE Censo Demográfico - Resultados da amostra (IPARDES, 2011b).
Nota: PEA de 10 anos e mais.

O número de pessoas economicamente ativas ocupadas apresentadas (conforme Tabela 1) considera os empregados formalmente, trabalhadores informais, empregadores ou com trabalho não remunerado.

2.2 PIB

De acordo com Nascimento (2011), o Produto Interno Bruto (PIB) é o valor de mercado da produção de bens e serviços finais produzidos no território nacional durante certo período de tempo, geralmente um ano. Segundo IPARDES (2012) o

[4]Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social

estado do Paraná possui PIB per capito, calculado no ano de 2010, de R$ 20,814. No caso da região de Sengés, o PIB per capita calculado no ano de 2009 foi de R$ 10.336,00, este cálculo foi fornecido pelo IBGE em parceria com o IPARDES.

Tabela 2 -Produto Interno Bruto (Pib) Per Capita e a preços correntes - 2009

PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB)	VALOR	UNIDADE
Per Capita	10.336	R$ 1,00
A Preços Correntes	211.313	R$ 1000,00

FONTE: IBGE, IPARDES
NOTA: Nova metodologia. Referência 2002.

2.3 IDH-M

O nível de desenvolvimento humano de municípios utiliza 3 critérios para o seu cálculo: educação, longevidade e renda. Esses indicadores levados em conta no IDH municipal (IDH-M) são mais adequados para avaliar as condições de núcleos sociais menores.

De acordo com Menezes (2011), no quesito educação são considerados dois indicadores: a taxa de alfabetização de pessoas acima de 15 anos de idade e a taxa bruta de frequência à escola. Para a avaliação do critério de longevidade, o IDH municipal considera a esperança de vida ao nascer. Esse indicador mostra o número médio de anos que uma pessoa nascida naquela localidade no ano de referência deve viver. O indicador de longevidade sintetiza as condições de saúde e salubridade daquele local, uma vez que quanto mais mortes houver nas faixas etárias mais precoces, menor será a expectativa de vida observada no local. E para a avaliação sobre renda, o critério usado é a renda municipal per capita, ou seja, a renda média de cada residente no desempenho municipal naquela dimensão.

O IDH-M de cada município é fruto da média aritmética simples desses três sub índices: somam-se os valores e divide-se o resultado por três (IDHM-educação + IDHM-longevidade + IDHM-renda/3).

Na Tabela 3 encontram-se os valores do IDH-M do município de Sengés.

Tabela 3 - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

INFORMAÇÃO	ÍNDICE	UNIDADE
Esperança de vida ao nascer	63,59	anos
Taxa de alfabetização de adultos	85,63	%
Taxa bruta de freqüência escolar	70,77	%
Renda per capita	265,70	R$ 1,00
Longevidade (IDHM-L)	0,643	
Educação (IDHM-E)	0,807	
Renda (IDHM-R)	0,705	
IDH-M	0,718	
Classificação na unidade da federação	274	
Classificação nacional	2.659	

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil – PNUD, IPEA, FJP. (2000)
Nota: IPARDES (2012) Caderno estatístico município de Sengés.

Como demonstra a tabela o IDH-M do munícipio de Sengés é de 0,718 enquanto o índice médio do Paraná, segundo IPARDES (2012), é de 0,787.

De acordo com o caderno estatístico do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES, 2011), o setor econômico que mais gera renda dentro do município é o setor de serviços, onde no ano de 2009 originou cerca de R$ 88.393,00. Ocupando o segundo lugar em geração de renda, no mesmo ano de 2009, o setor da agropecuária levantou cerca de R$ 67.011,00. Em seguida na classificação de geração de renda, o setor industrial alçou a marca de R$ 40.337,00.

Tabela 4- Valor adicionado bruto a preços básicos segundo os ramos de atividades - 2009

RAMOS DE ATIVIDADES	VALOR (R$ 1000,00)
Agropecuária	67.011
Indústria	40.337
Serviços	88.393
TOTAL	195.742

FONTE: IBGE, IPARDES
NOTAS: 1 - A soma das parcelas difere do total devido aos arredondamentos.
2 - Nova metodologia. Referência 2002.

2.4 RENDA

Segundo IPARDES (2011) os trabalhadores empregados em Sengés possuem remuneração média de R$ 998,66, no entanto encontra-se inferior em relação a remuneração média do estado do Paraná, conforme Tabela 5 a seguir.

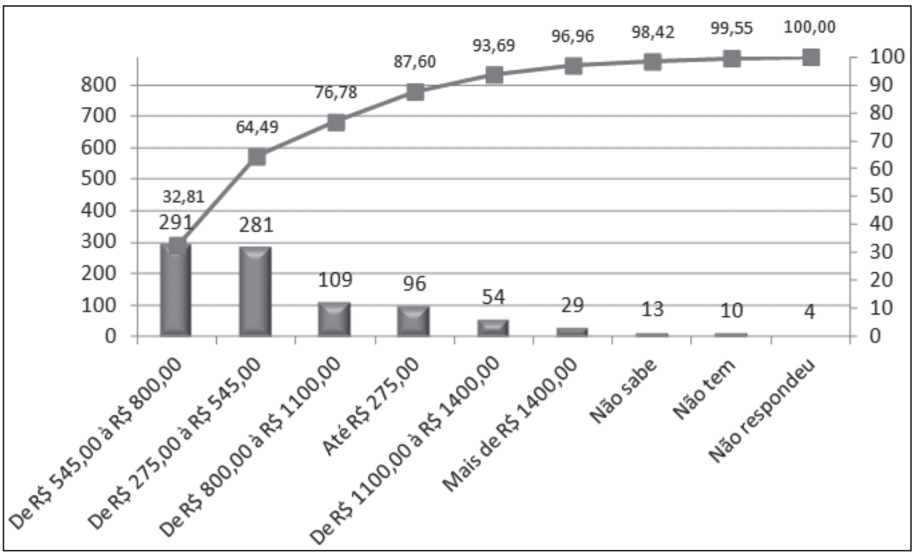
Tabela 5 – Rendimento Médio Total (R$1,00), no período de 2005 a 2010, no município de Sengés e no Estado do Paraná.

	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Paraná	959,94	1.031,70	1.103,19	1.196,77	1.298,87	1.426,64
Sengés	666,75	728,94	791,82	854,45	917,21	998,66

Fonte: Banco de Dados do Estado – BDWeb (IPARDES, 2011a).

Para a pesquisa realizada junto às famílias em Sengés identificamos a renda total familiar. Um indicador significativo observado na pesquisa em relação à renda familiar, que das 888 famílias 64,49% possuem renda entre R$ 275,00 à R$ 800,00, dessas 10,8% possuem renda inferior a R$ 275,00; 31,68% possui renda de R$ 275,00 à R$ 545,00. Nota-se que 32,81% possui renda familiar entre R$ 545,00 e R$ 800,00; 12,3% entre R$ 800,00 à R$ 1100,00; 9,4% das famílias possuem renda superior à R$ 1100,00; dessas apenas 3,3% com mais de R$ 1400,00.

Gráfico 1 – Renda das famílias pesquisadas em Sengés - 2011/2



Fonte: Diagnóstico das famílias usuárias
Nota: Org. NEPEPPS.

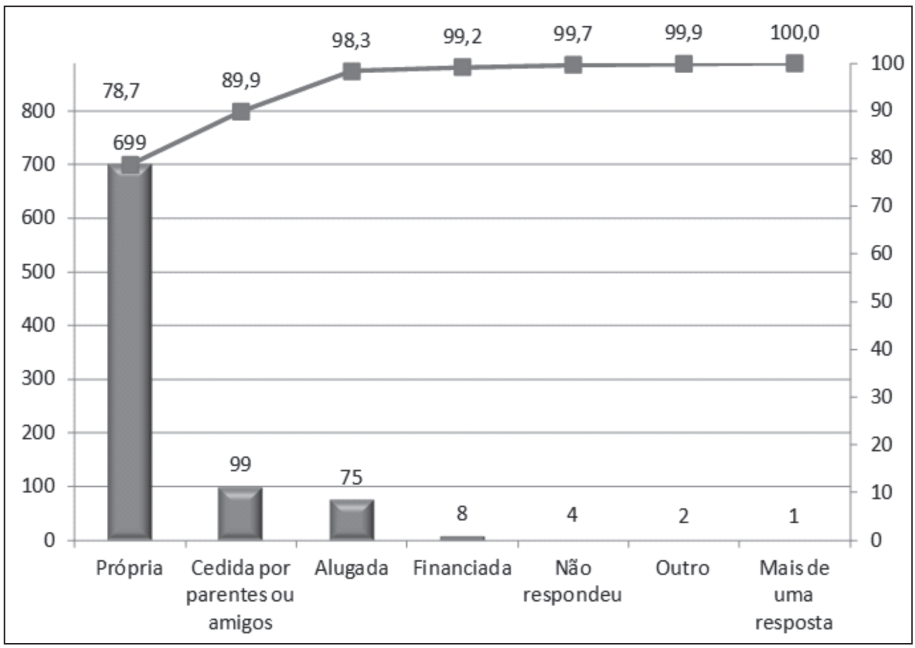
3 HABITAÇÃO

A questão da habitação no Brasil, considerada um dos principais problemas sociais urbanos, relacionando-a ao direito à moradia, acesso à cidade, bem como acesso aos bens e serviços, é resultado de um longo processo histórico e social que excluiu o acesso das camadas populares e estes benefícios que qualificam a vida da sociedade.

A Constituição Federal prevê em seu artigo 6°, o direito a moradia e que essa possua condições dignas para se viver. Sendo assim, não somente a possibilidade de se ter uma moradia, mas também a avaliação de requisitos mínimos de dignidade que esta moradia possui, tornam-se pontos fundamentais para a elaboração deste diagnóstico.

Das 888 famílias entrevistadas, analisando o quesito habitação, 78,7% possuem casa própria; 11,2% cedida por parentes ou amigos; 8,3% são alugadas; 0,9% são financiadas e 0,4% não responderam.

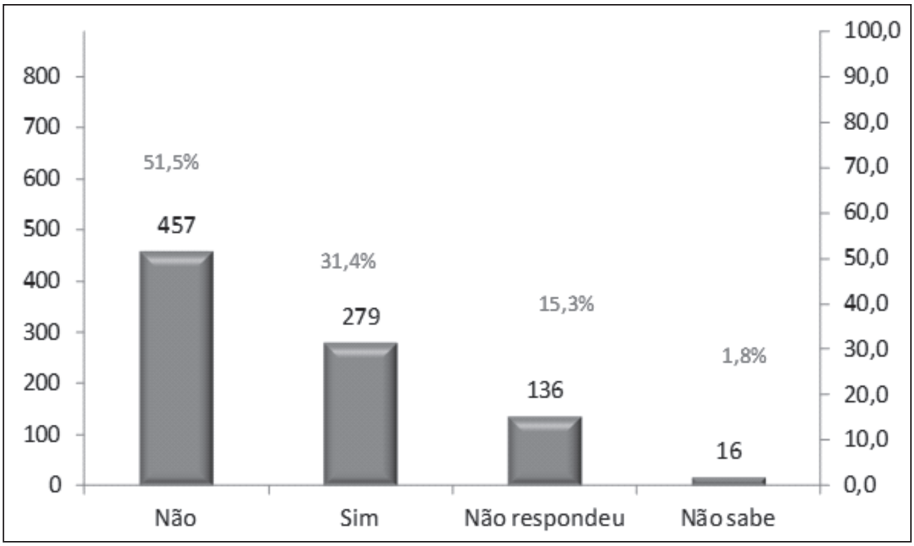
Gráfico 2 – Relação de propriedade das moradias – Sengés - 2011/2



Fonte: Diagnóstico das famílias usuárias
Nota: Org. NEPEPPS

Destes mesmos domicílios que compõem o diagnóstico, apenas 279 das famílias (o que corresponde a 31,4%) possuem documentação regularizando sua moradia, contrapondo-se às 458 famílias que não possuem documentação de sua moradia (ou seja, 51,5%). Ou seja, apesar das casas serem próprias, os moradores não possuem documentação das mesmas. pode-se inferir que são ocupações irregulares. Entende-se que este aspecto deve ser considerado quanto à segurança destas famílias: em ter regularizadas as suas situações de moradia.

Gráfico 3 – Documentação da moradia – Sengés – 2011/12



Fonte: Diagnóstico das famílias usuárias
Nota: Org. NEPEPPS